

# Do pacto à total indexação

por Getúlio Bittencourt  
de São Paulo

Junho é a nova data-limite para qualquer reformulação profunda na política econômica do governo. Trata-se do último prazo para a realização de um pacto social que dispensaria um novo conjunto de medidas econômicas, às vésperas da largada na campanha eleitoral deste ano.

Cresce no Ministério da Fazenda a esperança de que o acordo social poderá ser sacramentado ao longo desses próximos quatro meses. Os contatos do ministro Dilson Funaro com os empresários e do ministro do Trabalho, Almir Pazianotto, com os líderes sindicais alimentam a expectativa favorável.

Os sindicalistas, em particular, estariam começando a perceber que o efeito destrutivo da inflação sobre a moeda brasileira precisa ser estancado. Não há aumentos de salários satisfatórios a partir do patamar elevadíssimo da inflação, que já tornou o cruzado uma moeda sem rumo.

Mas, se o acordo social não emergir até junho, o governo poderá ser forçado a adotar um tratamento de

choque contra a inflação. Diferentes alternativas estão sendo examinadas em reuniões semanais dos principais economistas do governo. A sede dos encontros é eventualmente a casa do presidente do Banco Central (BC), Fernão Braçcher, em Brasília.

Os participantes mais assíduos são os economistas Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e João Manuel Cardoso de Mello, assessores do ministro Funaro; André Lara Resende e Luís Carlos Mendonça de Barros, diretores do BC; e Pêrsio Arida, um dos secretários especiais da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Arida e Resende foram dois inspiradores indiretos do Plano Austral da Argentina. As discussões desse grupo de especialistas, porém, estariam hoje concluindo que apenas a essência do plano original de Arida e Resende seria aplicável ao Brasil, caso a inexistência de um acordo social e taxas elevadas de inflação forcem uma medida drástica. Neste caso o governo indexaria a economia toda, inclusive salários.

(Continua na página 8)

por Getúlio Bittencourt  
de São Paulo  
(Continuação da 1ª página)

Para fazer isso, o presidente Sarney enviaria ao Congresso um projeto de lei propondo reajustes mensais dos salários conforme o índice da inflação. Poucas medidas pareceriam tão populares às vésperas de uma eleição que se espera tão renhida como a da Constituinte.

Os efeitos dessa medida seriam semelhantes aos de uma água turva. Durante algum tempo, talvez durante suficiente tempo, to-

dos, empresários e trabalhadores, perderiam a noção de ganhos e perdas. Nos seis meses que vão de junho a dezembro, então, o País estaria pronto para fazer o acordo social. E a eleição já teria passado.

Mas a vertente otimista, que leva ao pacto, está mais fortalecida agora. O ministro Funaro já detecta indícios de que a inflação vai ceder, embora a sociedade só vá tomar conhecimento disso em março e abril. A lentidão dessa transparência deve-se, em grande parte, ao novo índice que o próprio ministro escolheu para refletir a inflação, o IPCA.

Este moderno e sofisticado indicador com 250 mil pontos de amostragem no País é mais precisamente um captador dos padrões de consumo da classe média. Nele o preço das flores influi quase tanto quanto o do aluguel, porque a maior parte das famílias entrevistadas têm casa própria,

e o preço dos serviços pesa mais que o das flores e aluguéis somados.

Além disso o IPCA opera com preços médios, o que é uma vantagem quando a inflação está subindo, e uma desvantagem quando está descendo. Exemplo: quando o café disparou de Cr\$ 50 mil para Cr\$ 130 mil, o IPCA registrou o preço médio, ou seja, Cr\$ 90 mil; agora que o café está descendo de Cr\$ 130 mil para até Cr\$ 80 mil, o IPCA de novo registra o preço médio, Cr\$ 105 mil. O preço do café está descendo, mas seu peso no IPCA está subindo.

A escolha do IPCA talvez se justificasse para frear a inflação acelerada pela quebra da safra agrícola com a seca. Em 1983, quando a inflação também disparou quando as enchentes quebraram outra safra, seus efeitos mantiveram a curva ascendente por oito longos meses.

Confia-se no Ministério

da Fazenda que o efeito não se repetirá. A principal diferença está no nível das reservas cambiais do Brasil, que praticamente não existiam em 1983. O milho que a enchente daquele período destruiu, por exemplo, foi compensado com a importação de apenas 300 mil toneladas. Como agora existem reservas cambiais, o milho destruído pela seca será compensado com a importação de 4 milhões de toneladas.

O conjunto de medidas que o ministro Funaro reúne no "combate corpo a corpo com a inflação" teria levado, nos primeiros vinte dias de fevereiro, a um índice que daria mensalidade exatos 10,6%. No entanto o índice de fevereiro deve ficar em torno dos 14%, porque ele reflete o período de 15 de janeiro a 15 de fevereiro. Se o corpo-a-corpo for eficiente, o governo espera chegar aos 10% de inflação em março ou abril.